

Uma poética do genocídio antinegro: reflexões acerca da caracterização e do destino da personagem negra na literatura brasileira

Karina Silva³¹
Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo

Nossa pesquisa mobiliza o conceito de Poética do genocídio desenvolvido por Antônio Paulo Graça (1998) para a compreensão do tratamento representativo e narrativo tradicionalmente dispensado às pessoas negras na literatura brasileira. Com base nas formulações do autor referido, somadas a trabalhos críticos que investigaram a personagem negra na literatura brasileira, procuramos apresentar um breve panorama de estratégias e procedimentos estéticos reiterados por diferentes obras e autores do cânone nacional que vêm a denunciar um imaginário antinegro assimilado, de modo mais ou menos explícito, pelas produções literárias. Para a elaboração desse panorama, que visa demonstrar a composição estética do mencionado imaginário genocida antinegro, nos apoiamos nos métodos empregados por Graça, que destacou em sua análise de romances indianistas – tendo em vista que seu escopo é o de um imaginário anti-indígena – a caracterização e o destino narrativo das personagens indígenas. Em paralelo às contribuições de Graça (1998), fundamentamos nossa compreensão do genocídio antinegro e da sua expressão nos produtos da cultura nos ensaios testemunhais de Abdias Nascimento (2016) que promoveram internacionalmente a denúncia do extermínio do povo negro brasileiro.

Palavras-chave Poética. Genocídio. Personagem negra.

³¹ Doutoranda e mestra em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Graduada em Letras Português-Literaturas na mesma instituição. Atualmente é professora do Instituto Federal do Ceará (Tauá) e desenvolve pesquisas sobre Literatura negro-brasileira.

Introdução³²

A gravitação cotidiana das ideias e das perspectivas práticas é a matéria imediata e natural da literatura
(Roberto Schwarz)

As reflexões que procuramos desdobrar em nosso trabalho tem base na compreensão da interação necessariamente dialética entre *forma literária* e *processo social*. Reside aí o núcleo operacional de nossas análises, através do qual nos vinculamos à tradição teórico-crítica que já enxerga na forma a expressão de um conteúdo, e um conteúdo que é, por sua vez, sedimentação de movimentos históricos mais amplos e condensação de disputas estético-ideológicas manifestas na fatura do - supostamente - infenso texto literário. Nessa perspectiva, nos fundamentamos com Roberto Schwarz, especialmente em seu estudo sobre o romance realista, *Ao vencedor as batatas* (2012), para proceder, segundo descrição do próprio autor, à análise do *chão histórico das experiências intelectuais* geridas em solo brasileiro; expressão local de uma *alienação de braços longos*, “imposta pelo nexos colonial e pela dependência que veio continuá-la”. Para isso, invés de enxergar a literatura como panorama do ambiente em que se assenta, faz-se necessário enxergá-la como um mecanismo social, “na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura” (p. 29). Em outras palavras: como a História - que no sistema internacional de produção revolucionado pelo Capital é sempre uma História mundial - passa para dentro da escrita, esteja o escritor consciente ou não desse movimento inevitável? (SCHWARZ, 2012, p. 29).

Página | 72

Em nosso caso, as formas estéticas abordadas no presente trabalho dizem respeito a textos da literatura brasileira em diferentes gêneros, romances, contos, poemas que nas suas peculiaridades estéticas nos permitem vislumbrar a sedimentação – tanto nos procedimentos estéticos quando no imaginário social que esses procedimentos revelam – de um processo social intercontinental estruturador de toda a formação brasileira: o genocídio, violência histórica direcionada tanto aos povos autóctones – as populações indígenas – quanto aos povos traficados e escravizados no solo americano – as populações africanas e afrodescendentes, recaindo sobre esse segundo grupo o enfoque de nossas pesquisas.

³² Este ensaio consiste na síntese de parcela da pesquisa que realizamos para nossa dissertação de mestrado *Poética e antipoética do genocídio negro brasileiro: um estudo da literatura de Abdias Nascimento em Sortilégio II* (2022). Nesse texto, os argumentos, conceitos e referenciais aqui indicados foram mais amiúde pensados e desdobrados.

1 Genocídio antinegro, um conceito e um processo

A expropriação, o despojamento, a rapta, o assassinio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem.
(Frantz Fanon)

Tornar o genocídio um léxico de análise literária implica em desenvolver sobre ele uma consciência histórica antes de encerrá-lo em uma definição previamente dada. Pretendemos, assim, compreender o conceito de genocídio não simplesmente como uma resposta a um dado fenômeno social, mas como um movimento histórico em definição. Por isso mesmo não nos bastaria partir das ideias resultantes da descrição dicionarística que explica ser o genocídio a destruição parcial ou total de um grupo étnico, racial, religioso ou nacional. De outro modo, compreender os conteúdos e contornos dessa violência que reclamou para si, e aos olhos de suas testemunhas, um nome específico nos pareceu um caminho de maior conformidade aos objetivos teóricos e políticos desta pesquisa.

O processo de formulação dos termos e conceito de genocídio acompanha o avanço nazista sobre a Europa, especialmente nos primeiros anos da década de 1940, quando o advogado Raphael Lemkin, judeu de origem polonesa que teve quarenta familiares assassinados sob o regime hitlerista, dedica-se a um amplo estudo das leis e regulamentos administrativos, jurídicos, policiais e militares impostos pelos países do Eixo aos territórios invadidos e anexados. Para Lemkin, a germanização da Europa trazia resultados que extrapolam o de uma guerra entre exércitos, tratando-se de uma guerra contra o povo, de modo que o ultimato para os grupos e territórios eleitos como inimigos deveria ser a sua aniquilação total ou parcial desde que garantida a destruição das identidades que lhe fossem constitutivas, das suas associações político-econômicas e das suas possibilidades de soberania. “Invasão”, “subjugação”, “desnacionalização”, “assassinio em massa” não comportariam suficientemente os sentidos e as formas da barbárie que se processava.

Em um artigo de 1933, já se encontram tentativas de Lemkin de organizar massacres e ações empreendidas para arruinar a vida econômica de uma sociedade bem como a destruição sistemática de seu patrimônio cultural sob os termos de barbárie e vandalismo, mas é somente após as experiências e estudos dos documentos acima mencionados que o conjunto de técnicas, procedimentos e sustentação ideológica do extermínio promovido pela máquina de guerra nazista é pela primeira vez nomeado de genocídio. Com a publicação de *Axis Rule in Occupied Europe*, em 1944, Lemkin expõe

a primeira definição do crime de genocídio, com o fito não só de conceituá-lo, mas também de alçá-lo à categoria de dispositivo jurídico, acreditando em seu potencial tanto punitivo quanto preventivo sobre práticas sistemáticas de violência que possam nesse termo serem enquadradas. “Novos conceitos requerem novos termos”, afirma o autor em antecipação à sua caracterização do que é o *genocídio*:

De modo geral, genocídio não significa estritamente a destruição imediata de uma nação, exceto quando é realizado por meio do assassinato em massa de todos os membros de um país. Pelo contrário, deve ser entendido como um plano coordenado de diferentes ações cujo objetivo é a destruição das bases essenciais da vida de grupos de cidadãos, com o propósito de aniquilar os próprios grupos. Os objetivos de tal plano seriam a desintegração das instituições políticas e sociais, cultura, língua, sentimentos de patriotismo, religião e a existência econômica de grupos nacionais e a destruição da segurança, liberdade, saúde e dignidade pessoal e até mesmo a vida de indivíduos pertencentes a esses grupos. O genocídio é dirigido contra o grupo nacional como uma entidade, e as ações envolvidas são dirigidas contra os indivíduos, não em sua capacidade como indivíduos, mas como membros do grupo nacional (LEMKIN, 2009, p. 153, tradução nossa).

Fundamentadas as especificidades que fariam do genocídio uma forma particular de crime contra a humanidade, Lemkin daria seguimento a seus esforços de incluir o termo nos códigos do direito penal internacional. A palavra é inicialmente adotada no julgamento dos altos oficiais nazistas durante o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, entre os anos de 1945 e 1946, porém apenas em seu caráter descritivo. Sua judicialização internacional só viria a se concretizar em 1951 com a criação, por parte da recente Organização das Nações Unidas, da Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. Porém quase cinco décadas separam a criação da Convenção da primeira condenação por crime de genocídio efetuada por uma corte Internacional. Em 1998, a Corte Criminal Internacional para Ruanda considera Jean-Paul Akayesu culpado por participar e supervisionar o massacre – majoritário – da etnia Tutsi no território ruandês.

Para o pesquisador João da Costa Vargas, estudioso do genocídio como elemento fundamental de compreensão da violência que circunscreve a história do povos negros africanos e afrodescendentes em solo americano, as nações que integraram a Convenção formularam uma compreensão jurídica do crime de genocídio de modo tal que pudessem livrar a si mesmas da punição dos seus empreendimentos coloniais internacionais; afinal, como nomear o morticínio sem precedentes gerido pelas nações europeias nos limites do mundo colonizado? Ao elaborar o termo genocídio e sua definição conceitual, Lemkin estava em ciência de que o que nisso havia de *novo* se

referia tão somente ao nome forjado – genocídio – e à sua compreensão: “isso só é novo no mundo civilizado, da maneira como começamos a pensar nele” (LEMKIN, 1945). A barbárie que esse nome faz revelar está longe de qualquer ineditismo.

Responder que diferenças formais haveria nas práticas de dominação e extermínio perpetradas pelo nazismo que as transferiram do terreno da naturalização para o da interrogação – ou até mesmo do “espanto” – não é um dos interesses imediatos deste trabalho, mas não se pode deixar de traçar um paralelo a esse ponto de inflexão com o que foi acusado pelos pensadores terceiro-mundistas: o que assombra em Hitler, e no hitlerismo, não é o crime em si, mas o crime contra o *homem branco*, o fato de “[...] haver aplicado na Europa procedimentos colonialistas que até agora só concerniam aos árabes na Argélia, aos coolies da Índia e aos negros da África” (CÉSAIRE, 2010, p. 22).

No ensaio *Discurso sobre o colonialismo* (2010), produzido entre os anos de 1948 e 1955, o político e escritor martinicano Aimé Césaire interpreta os eventos catastróficos que sucederam à ascensão do nazismo a partir de uma memória da colonização que possibilita vislumbrar na violência subjacente ao processo de germanização das nações europeias aquilo que essas, por sua vez, já haviam submetido aos territórios transformados em colônia. O colonialismo despiu a Europa de seus pretensos signos de civilidade, inculcando-lhe o en selvajamento que procurara atribuir aos povos devastados pela expansão de seus mercados. “Ninguém coloniza impunemente”, atesta Césaire (2010), na medida em que diante dos procedimentos colonizatórios “não se podia resgatar um só valor humano”. A violência personificada por Hitler encontra seu germe no elenco sistemático de procedimentos de extermínio que o empreendimento colonial de consequências – necessariamente – genocidas e etnocidas lançou sobre as sociedades *ante-capitalistas*. Antes de vítimas do nazismo, as nações europeias foram, portanto, suas cúmplices.

Dando desdobramento às reflexões de Césaire, outros intelectuais terceiro-mundistas também se comprometeram com a denúncia e superação do sistema colonial. Tendo experienciado diretamente o processo de libertação da nação argelina - que em meados do século XIX completava mais de um século invadida e ocupada pela França - o psiquiatra e guerrilheiro Frantz Fanon (1968) sintetiza a colonização como “a violência em estado bruto”. Se os estudos de Lemkin nutriam a compreensão de ser o genocídio um desvio das ordenamento legal em que as nações modernas se assentavam, a observação das práticas genocidas multiplicadas pelo sistema colonialista no sul global demonstram exatamente o contrário: o genocídio - como poderia levar a crer a observação

exclusiva do programa de nazificação da Europa - não é uma incorreção em uma conformação social por si mesma humanitária, mas um componente do próprio padrão de estruturação das sociedades estabelecido pelo advento do sistema capitalista, quando se tem em vista que foi sobre o saque e o extermínio dos povos colonizados que a Europa erige sua opulência e revoluciona o seu modo de produção econômica. Levando sua sanha exploratória e extrativista até o subsolo do subdesenvolvido, foi sobre os cadáveres de povos, raças e etnias subjugadas que se funda aquilo que material e ideologicamente conhecemos como o “primeiro mundo”.

Fanon chama a atenção para o conteúdo racial que retalha o mundo colonial, cindindo-o em dois: um mundo branco, de ventre saciado, e um mundo indígena, negro, árabe, de pessoas famintas, acuadas e acoradas perante o projeto de dominação. Essa cisão racial, nos explica o pensador martinicano, determina os modos de viver tanto quanto os de morrer. O mundo colonizado é um mundo em que “se nasce não importa onde, não importa como” e “morre-se não importa onde, não importa de quê” (FANON, 1968, p. 28 - 29).

É a partir do contexto das lutas anticoloniais travadas em África que Fanon delinea os modos de operação e os impactos do colonialismo e da dependência colonial. Porém, o que seus estudos e práticas registram se estendem à leitura e compreensão dos cenários e contextos socioeconômicos de todas as faixas territoriais do globo que vieram a ser politicamente nomeadas de Terceiro Mundo. No contexto brasileiro, o colonialismo e o seu modo de produção mais imediato - a escravidão dos povos originários, dos povos africanos traficados e dos seus descendentes, depois assimilada pelo modo de produção capitalista³³ - fizeram do genocídio e do etnocídio estrutura, cultura e cotidianidade da formação de um povo e de uma nação, como denuncia um dos principais intérpretes da história dos povos negros brasileiros, Abdias Nascimento.

Em seu ensaio-testemunho *O genocídio do negro-brasileiro*: processo de um racismo mascarado (2016), Nascimento contraria o mito anti-histórico da democracia racial brasileira - à época da publicação, reinvestido e propagandeado pela ditadura militar³⁴ - ao ler a contrapelo a História brasileira demonstrando como o genocídio dos

³³ Escravidão, ocupação latifundiária, sistema de monocultura formam a “tríplice aliança” da dominação colonial na América. “A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (NASCIMENTO, 2016, p. 58).

³⁴ Em *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes argumenta que: [...] o mito – não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas ‘sobem’ – nunca ‘descem’ – na pirâmide racial; e confunde as percepções e as

povos negros lhe é um processo inerente. Deve-se destacar entre as interpretações do autor, como já é acusado no próprio título da obra, a compreensão da *processualidade* e do *mascaramento* engendrados por este genocídio, que envolve desde a barbárie mais eminentemente material do tráfico humano com seus navios tumbeiros cruzando o atlântico àquela que aponta para a violência simbólica da criminalização dos artefatos da cultura afro-brasileira. Nessa perspectiva, o estabelecimento de uma ordem social escravista, a posterior abolição desprovida de medidas efetivas de reparação ao grupo sociorracial explorado e espoliado³⁵, o estabelecimento de uma sociedade competitiva que assimila as bases escravistas e a conseqüente marginalização e criminalização da população negra expuseram esse contingente ao contínuo extermínio físico e moral.

Contemporânea de Abdias Nascimento, e por ele considerada simbolicamente sua “irmã de Quilombo”, Lélia Gonzalez, intelectual e militante com que o autor dividiria as fileiras do Movimento Negro Unificado, também se dedicou ao estudo da letalidade da violência racial em solo brasileiro. Lélías Gonzales (1982) analisa que enquanto avança o século XX e a ditadura empresarial-militar propala o milagre econômico e a harmonia entre os diferentes contingentes raciais, contrariamente, aprofundava-se a violência racial contra os grupos e as desigualdades radicais dela conseqüentes, mantendo-se como tecnologias fundamentais de opressão e de reprodução da exploração. A autora destaca em sua pesquisa os modos pelos quais o Estado brasileiro durante o período ditatorial aliou ao modelo econômico em desenvolvimento, o capitalismo, aos programas de “pacificação da sociedade”, que significavam, na verdade, a repressão - o “silenciamento, a ferro e a fogo” - das classes negras e pobres.

Entre condições precárias de subsistência e desemprego massivo, mantida fora dos limites do que se configurou como uma cidadania brasileira, a população negra foi constringida à condição de mão de obra barata e/ou mão de obra de reserva, somando-se a isso a perseguição e a violência policial, seja ela operada por vias legais ou não. A

explicações – mesmo as que se têm como ‘críticas’, mas não vão ao fundo das coisas - das realidades cotidianas. Onde não existe sequer democracia para o dissidente branco de elite haveria democracia racial [...] para os que descendem dos escravos e libertos negros ou mulatos?! (FERNANDES, 2017, p. 34). O que se evidencia é que o mito da democracia racial serviu à ocultação da realidade e à evasão das classes dominantes perante sua responsabilidade histórica com o contingente populacional negro usurpado das possibilidades de integração na sociedade competitiva.

³⁵ [...] Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de trezentos milhões de africanos, a maneira como os ‘africanos’ foram emancipados em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos e para brancos e para o benefício dos brancos (NASCIMENTO, 2019, p. 87).

opressão e exploração sistemáticas que, por um lado, empurram as massas negras para a miserabilidade e a letalidade policial, garantem, por outro, o impulsionamento das elites e classes patronais brancas. Enquanto as classes médias brancas davam suporte ideológico ao milagre econômico, eram criadas, em paralelo, zonas especiais de atuação das polícias pacificadoras atuando na produção e naturalização da tortura, morte e desaparecimento das gentes pretas e pobres. A pesquisa recente de Luciene Rocha (2017) sobre as formas de genocídio antinegro operadas na Baixada Fluminense apresenta como a violência letal das polícias e das milícias dá continuidade a práticas e técnicas radicadas no sistema policialesco ativo na região durante o período ditatorial, o qual executava sua afirmação de poder por meio da matança ostensiva e dos rituais de exposição dos corpos. O extermínio de grupos socialmente vulneráveis e sua espetacularização - procedimentos dos quais o Estado do Rio de Janeiro se mostra um verdadeiro laboratório - se configuram como táticas de uma política de segurança pública cuja finalidade é neutralizar e disciplinar parcela da população racialmente identificada. “Com o intuito de manter a ordem, é no corpo negro que o poder do Estado é exercido, matando-o e silenciando-o” (ROCHA, 2017, p. 47).

O que procuramos demonstrar em nossa abordagem da violência genocida contra os povos negros é que se trata, esse genocídio, de um sistema de contiguidade histórica, um *processo social tanto estabelecido como em estabelecimento*, reiterado e reencenado cotidianamente pelas múltiplas formas de manifestação da violência antinegros. “Nossa certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros”³⁶, sintetiza a escritora afro-brasileira Conceição Evaristo em um de seus poemas, atando o presente ao passado - constantemente atualizado - que o engendrou. Esse presente, todavia, não sendo tão somente o espelhamento do passado, possui sua própria complexidade e multidimensionalidade. Já mencionado neste ensaio, João Costa Vargas (2010) frisa que a sobrevivência dos membros da comunidade negra na contemporaneidade é constantemente ameaçada por uma constelação de políticas, práticas e crenças das quais se podem ser elencadas: a subjugação racial, a morte prematura, a violência física letal, a violência institucionalizada nos e pelos aparatos policiais, jurídicos e legislativos do Estado, a marginalização econômica e política sistemática, o desemprego desproporcional, a militarização, o encarceramento maciço, adoecimentos preveníveis, adoecimento psíquico e instauração do terror psicológico. De

³⁶ Trata-se do poema “Certidão de óbito”, do livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2021).

modo a destacar a relação entre as diferentes formas de violência antinegros, Vargas (2010) usa a expressão *continuum* de genocídios. Segundo o antropólogo, esse *continuum* também pode ser percebido entre as dimensões material e simbólica do processo genocida, na medida em que foi necessária a elaboração de uma matriz cognitiva que produzisse a desvalorização sistemática das vidas negras (VARGAS, 2010. p. 48). Se o genocídio aparece como elemento central à fundação da sociedade brasileira, deve-se compreendê-lo, também, como central à formação da nossa cognição, determinando aquilo que somos ou não capazes de enxergar no que diz respeito à produção da violência antinegro, ou aquilo que, mesmo vendo, podemos tolerar.

A interação necessariamente dialética entre as dimensões material e simbólica de promoção do genocídio já fora apontada por Abdias Nascimento em seu ensaio-testemunho. O autor pontua como o sistema socioeducativo, os variados equipamentos de comunicação de massa e a produção literária são mantidos pelas classes brancas dominantes como dispositivos socioculturais de veiculação de um imaginário antinegro. Reside exatamente aí o terceiro momento de nossa análise e exposição: o linchamento sofrido pelas gentes negras, além daquele gerido nas instâncias econômicas e políticas, pela instituição literária.

Nascimento não só denuncia a participação desses dispositivos na elaboração e validação da violência antinegro como desdobra as estratégias e os procedimentos pelos quais um imaginário genocida se projeta como estruturante dos produtos da cultura. A equação resultante é a de que ao tempo em que se compreende o genocídio como fenômeno estruturante da sociedade brasileira, deve-se compreendê-lo como estruturante, também, da cultura que essa sociedade produz. Entre as estratégias da violência genocida manifesta na esfera cultural, Nascimento indica: a miscigenação, promovendo a desintegração das identidades negras; a assimilação, diluindo a cultura negro-africana no mundo dos brancos; a aculturação, esvaziando os povos negros de suas referências; a folclorização da cultura negra, resultante desse esvaziamento, e a etapa que lhe sucede, a comercialização dos artefatos da cultura negra, tornando-se item de mercado rentável para as classes brancas. Soma-se a esses procedimentos a perseguição, destruição e criminalização da cultura afro-brasileira, restando a esse contingente racial apenas sua alienação como própria identidade (NASCIMENTO, 2016).

2 Gramática poética do genocídio antinegro

O racismo avoluma e desfigura o rosto da cultura que o pratica.
(Fanon)

No que trata, mais especificamente, da existência de um imaginário genocida na literatura brasileira, destaca-se o estudo de Antônio Paulo Graça, em seu livro *Uma poética do genocídio* (1998). “Não se exterminam, por séculos, nações, povos e culturas sem que, de alguma maneira, haja uma instância do imaginário que tolere o crime”, atesta o autor em uma das premissas basilares ao desdobramento dos argumentos presentes na obra. Sua tese é a de que a existência de um inconsciente social genocida – formado por uma complexidade de experiências e relações históricas de violência – media nossa relação com os esquemas de assimilação e representação do mundo social que nos circunda. Nos produtos da cultura, esse imaginário acaba por estruturar uma poética cujo conjunto de estratégias e procedimentos estéticos Graça nomeou de gramática poética do genocídio.

Página | 80

Tal como as infraestruturas socioeconômicas que engendram a secular manutenção do genocídio, sua poética se constitui como fenômeno processual do qual não se poderia acusar autores ou conjuntos de autores específicos; diferentemente, desenvolve-se entre diferentes gerações de escritores, atualizando-a e reencenando-a por meio de diferentes estratégias estéticas. Na medida em que o inconsciente genocida “se esconde nos desvãos menos suspeitos”, projeta-se nas obras literárias como um elemento estruturante mesmo “à revelia das intenções conscientes do escritor”. O imaginário social evocado pelo genocídio se apresenta ao escritor como um campo minado do qual “nem sempre ou quase nunca sai ileso da guerra contra o preconceito e o racismo” (GRAÇA, 1998, p. 26), revelando-se, assim, como o “lugar em que as fraturas sangrentas de uma sociedade dividida se revelam, ainda que de maneira dissimulada e envoltas por véus de boas intenções” (GRAÇA, 1998, p. 29).

As análises de Graça recaem mais diretamente sobre a personagem indígena no imaginário dos romances indianistas. Seu trabalho organizou-se em dois eixos: I - a composição do *modelo de herói* indígena, seu caráter e seu destino, e II - a reunião de estratégias narrativas que no conjunto das obras analisadas identificam a formação de uma gramática poética de matiz genocida. No primeiro aspecto da pesquisa, constatou-se que independentemente da tipificação do herói – se trágico, épico ou cômico – seu destino

predominante é a desaculturação, a sacrficação e a mortificação³⁷. No segundo, elencou-se pelo menos dez estratégias estéticas constituidoras da poética genocida, que vão desde a linguagem empregada para se referir às personagens indígenas, como o uso frequente de “metáforas animalizadoras”, às censuras tanto da humanidade da pessoa indígena quanto ao extermínio massivo sofrido pelos povos originários – sendo justamente os procedimentos censórios os mais recorrentes entre as produções literárias estudadas³⁸. A censura, todavia, deixa seus rastros, de modo que não é possível extinguir da unidade estrutural do texto que tenta representar personagens ou sociedades indígenas um conteúdo com as dimensões e profundidade que o genocídio assume para esse grupo étnico.

Esse mecanismo de obliteração da humanidade indígena e do seu aniquilamento imprime sobre a forma literária as marcas do conteúdo silenciado, de modo que a ausência, deliberada ou não, aparece como uma presença. Para Graça, a literatura brasileira, ao longo das gerações, carrega “cicatrices narrativas” consequentes do silêncio que o romance indianista impôs ao genocídio indígena, as quais denunciam “uma espécie de conhecimento não pronunciado e, ao mesmo tempo, inegociável, segundo o qual há sim uma superioridade do homem branco e, mais ainda, não há esperanças para o índio” (GRAÇA, 1998, p. 50).

Dissemos anteriormente que Abdias Nascimento, em sua denúncia internacional do racismo antinegro, promoveu a leitura a contrapelo da História brasileira, pondo em perspectiva aqueles que foram espoliados e massacrados sob e para a construção Na mesma medida, nos cabe realizar também a contrapelo a leitura da fortuna literária erigida para atender aos ideais desse projeto de nação, que, como já demonstrado por diferentes intérpretes, formou-se como uma nação de brancos para brancos, voltada aos interesses do mercado externo. O que se percebe é que não só as obras literárias são canonizadas, também o são os modos de lê-las. Em uma cultura cujo rosto está desfigurado pelo racismo que pratica, faz-se necessário, como reclama Graça em sua

³⁷ “O indígena sacrificado transforma-se em alegoria, em memória, em apropriação patrimonial do sacrifício. Sua morte repete-se perpetuamente, sob o nosso olhar. O tema último do romance indianista é o genocídio, o extermínio total” (GRAÇA, 1998, p. 148).

³⁸ “A continuidade entre as duas censuras facilmente se percebe. Precisa-se produzir desumanização para que se processe um genocídio, e, dialeticamente, um genocídio processado produz desumanização. O racismo e o etnocentrismo são os conteúdos constantes da destituição da humanidade dessas outridades indígenas, e também negras. Essa relação intrínseca se instala no imaginário e se projeta na estética de matiz genocida” (SILVA, 2022, p. 68).

pesquisa, descobrir nos textos o seu sentido clandestino, aquele encoberto pelos múltiplas estratégias narrativas de silenciamento e mascaramento entre “os caminhos tortuosos e sutis do preconceito”.

Em nossa pesquisa, mobilizamos os conceitos e métodos de análise formulados por Graça juntamente às contribuições já providas pela tradição de estudos sobre a representação das pessoas negras na literatura brasileira para identificar como o imaginário social, que, além de anti-indígena, é também antinegro, estruturou em obras representativas da literatura nacional uma poética do genocídio antinegro pela qual os povos negros foram assimilados como extermináveis, se não pelo assassinio de seu corpo físico, pela sua desumanização radical. A exemplo de Graça, organizamos nossa análise a partir da observação de dois aspectos principais: a caracterização das personagens negras e seu destino.

O primeiro procedimento da gramática poética do genocídio antinegro que podemos apontar não é determinado, porém, pelo modo como as personagens negras são representadas e tem suas trajetórias narradas, mas pelo seu próprio desaparecimento das páginas da literatura nacional. A julgar especialmente a produção literária da primeira metade do século XIX, aquelas que eram o sustentáculo econômico da nação, as massas negras escravizadas, libertas ou livres, foram relegadas ao estado de aparente inexistência. Chamamos esse procedimento de *elipse do negro*, entendendo que, ainda que suprimido da dimensão mais evidente do texto literário, o contingente negro participa da composição formal das obras como aquilo que não pode ser revelado, na medida em que outros motivos e temas se sobrepunham, na literatura, ao que era o núcleo do sistema de relações da época: o escravismo e seu massacre ao grupos humanos racializados.

A aparição de pessoas negras na prosa e poesia brasileiras só ganha maior frequência – não coincidentemente – na segunda metade do século XIX, quando a abolição do tráfico negreiro internacional força a atenção das elites literárias para as massas escravizadas, considerando-se que muitos desses escritores eram sustentados exatamente pela empresa escravista (BROOKSHAW, 1983). Todavia, se passam a dispor de alguma representação na literatura que se produzia, isso se dava por intermédio do uso massivo de estereótipos que agiam, necessariamente, para o escamoteamento da sua humanidade. “O estereótipo é uma camisa-de força, uma forma de controle social” (BROOKSHAW, 1983, p. 10). Na tessitura das obras literárias, os esquemas de estereótipos antinegro corporificam o que o sistema de anseios e expectativas da supremacia branca produz como o *mito negro*, aquele ou aquilo que é, por sua própria

natureza, irracional, feio, ruim, sujo, sensível, superpotente, exótico e entre outras figuras (SOUZA, 1983). Entre diferentes projetos estéticos e períodos que compõem a história da literatura brasileira, as comunidades negras seguiram aprisionadas por um padrão dinâmico de estereótipos. Classificamos essa imposição coletiva de imagens de controle contra a humanidade das pessoas negras como mais um procedimento da poética do genocídio.

Para traçar um panorama mais direcionado à análise das obras, temos, em José de Alencar, Joana, personagem do drama *Mãe*, que precisa antes morrer do que matar o próprio filho, pois livre não poderia ter uma mãe que já fora escrava. Para redimi-lo do constrangimento, se mata. No seu romance *O tronco do Ipê*, nos deparamos mais uma vez com a submissão letal da pessoa escravizada, levando-a a um estado de ausência de existência própria quase que absoluta. Trazendo a fala do preto velho Benedito: “Este meu nhonho quer zombar de seu negro velho!.. Zomba, zomba, não faz mal! Eu gosto de ver você contente, contente, rindo com a camaradinha!”.

Entre senhores paternalistas e bons e dóceis escravos, Helloisa Toller Gomes (1988), em pesquisa sobre as personagens negras no romance romântico, avalia que impera no romance de Alencar o que chama de “racialismo romântico”, atitude estética que garante a representação da comunidade negra desde que essa apareça sob a medida dos interesses das classes senhoriais brancas. Para a autora, *O tronco do Ipê* representa um “vivíssimo e abrangente painel do Brasil escravocrata de meados do século XIX”, desde que se desloque o olhar das personagens brancas em direção ao fundo narrativo, margem onde as personagens negras são permitidas, e se percebe ali, no avesso do texto, como o cenário da fazenda constitui-se como microcosmo da sociedade escravista.

Se, no século XIX, uma escravizada protagonizaria um romance, precisou-se fazer dela branca, e da escravizada preta, sua antagonista. Em *A escrava Isaura*, de Bernardo de Guimarães, quando postas em contraste, Isaura, a escrava branca, e Rosa, a escrava preta, desenha-se uma linha moral da cor, indicando que quanto mais ao negro nessa linha cromática, maior a degradação do caráter; Isaura é nobre e pura, Rosa é lasciva e perigosa. Em paralelo às demais personagens negras, as anônimas “negras da cozinha”, Rosa assume o arquétipo da hipersexualização, enquanto aquelas o da dessexualização; se não um instrumento sexual, essas mulheres só podem figurar como instrumentos de trabalho a serem exaustivamente explorados.

Enquanto José de Alencar nos entrega o escravismo palatável, se expressa em Bernardo Guimarães um antiescravismo que é também antinegro; ou seja, o engajamento

contra a instituição escravista se encontra preenchido por um conteúdo eminentemente racista, na medida em que enquadra a escravidão não a partir de seus problemas estruturais e de sua conseqüente barbárie, mas quanto à moralidade do escravo. Em ambos os casos não são superados os limites e os danos ético-políticos de uma representação que mobiliza o mito negro - em sua coleção de estereótipos - para preencher o vasto espaço do desconhecimentos que a intelectualidade brasileira nutria em relação às classes sociais negras. A produção ficcional agiu, desse modo, mais por suprimir do que por revelar a humanidade da pessoa negra em sua relação com as classes brancas no interior do sistema escravista.

Exemplo máximo do antiescravismo que, ao requerer o fim da instituição escravista, requeria também o fim das próprias pessoas negras é o que se tem com Joaquim Manuel de Macedo. Verdadeiro porta voz das elites do café, no seu romance *A moreninha*, na reunião de novelas *As vítimas-Algozes* e na peça *O cego*, as personagens negras de Joaquim Manuel de Macedo ou se mostram instrumentos servis absolutamente despersonalizadas, ou, se pessoalizadas, enfaticamente demonizadas. Vicioso, feroz, insolente, malcriado, odiento, baixo, mísero, ignóbil, ingrato, pervertido, insensível, cruel, malvado, sacrílego, infame, perverso, malcriado, infrene, criminoso, horrível, licencioso, obsceno, sórdido, imoral, depravado, são só alguns adjetivos para Simeão, personagem da novela “Simeão, o crioulo”. Seu desfecho narrativo, de modo a vingar a família branca que atormentara, é a morte. O mesmo se dá para Pai-raiol, em outra das novelas, “Pai-raiol, o feiticeiro”, apresentado como um preto de aspecto físico repulsivo, ladino e perigoso, que precisa ser expurgado da vida da família senhorial, pois o africano – e por dedução o afrodescendente – só pode ser, invariavelmente, um selvagem, uma aberração maligna a ser aniquilada, ou, desde que desafricanizado até o último limite, tolerado; não sendo suficiente domesticar-lhe o corpo, é necessário extinguir a alma, sendo o corpo escravo, não se poderia permitir os riscos de se manter livre o espírito. Lucinda, escravizada que protagoniza a derradeira novela, diverge quanto ao destino dos demais protagonistas, não é morta, mas Macedo não falha em tranquilizar e satisfazer o imaginário das elites: Lucinda finda encarcerada. Entre a morte e o cárcere, não há, porém, divergência quanto ao horizonte geral do destino traçado para os negros na “terra do cativoiro” – metáfora do próprio romancista.

Diante do tratamento narrativo de Macedo, Simeão, Pai-raiol e Lucinda são desconhecidos enquanto pessoas, servindo meramente de receptáculo da repulsa que o autor direciona muito antes ao contingente negro-africano que ao escravismo. Tanto

quanto as personagens de *As vítimas-algozes*, não são pessoas os “vultos negros” que povoam seu romance *A moreninha*, onde, diferentemente das novelas abolicionistas, a escravidão é um dado natural e o negro necessariamente um escravo cujos tratamentos narrativos variam entre sua completa identificação aos interesses e comandos do senhor, porque esvaziado de seu próprio universo psicossocial e de qualquer possibilidade de alteridade, ou como um instrumento, um bem entre outros bens que avolumam a propriedade do escravista, ou ainda como uma não existência absoluta, como se vê na passagem a seguir: “Uma voz reuniu todas as senhoras e senhores em um só ponto: serviu-se o café num belo caramanchão”(MACEDO, 2013, p. 102). Quem serviu? O que leva o narrador a obliterar o sujeito da ação e não revelar as mulheres pretas que povoam a cena garantindo tanto que haja café como que seja transportado às mãos dos brancos?³⁹

Mesmo abolicionistas dotados das melhores intenções não escapam às cicatrizes narrativas desse imaginário. Castro Alves, de alcunha “poeta dos escravos”, apesar da intenção de instalar nas elites a culpa moral da escravidão, não escapou ao artifício do estereótipo. No poema *Bandido Negro*, o sujeito lírico expressa os sentimentos de um escravizado que se rebela contra seus senhores em reclames de vingança à violência que sempre lhe impuseram. Há nisso um rasgo fundamental contra as imagens fixadas da total submissão e emudecimento da personagem negra, todavia em todo o texto o sujeito poético persistentemente se associa a definições como *bandido*, *cão*, *leão africano*. A subjetividade do escravizado rebelado que teria a possibilidade da individuação acaba por se diluir no signo da raça, sendo enfatizado no poema mais a bestialidade dessa raça em sua operação de vingança do que os sentidos derivados da ruptura com sua situação estrutural de servidão.

Além de colaborar para inculcá-los em seus leitores, a persistência no estereótipo trai a subjetividade dos escritores revelando seus preconceitos fundamentais. No bojo desse imaginário antinegro, a escola Naturalista reinveste e aprofunda os estereótipos legados pela tradição romântica. Enquanto a abolição desfazia as diferenças formais que o escravismo estabelecia entre brancos e negros, a cisão entre as duas castas precisou aprofundar seus fundamentos ideológicos. Contribuía com isso o Darwinismo

³⁹ O sujeito étnico branco do discurso bloqueia a humanidade da pessoa negra, seja promovendo sua invisibilização, seja tornando-a mero adereço das personagens brancas ou apetrecho do cenário natural ou de interior, como uma árvore ou um bicho, um móvel ou qualquer utensílio ou enfeite doméstico. Aparece mas não tem função, não muda nada, e se o faz é por mera manifestação instintiva, por um acaso. Por isso tais personagens não têm história, não têm parentes, surgem como se tivessem origem no nada (CUTI, 2010, p. 89)

social e seu pseudocientificismo irrigando o sentimento antinegro de estudos clínicos que pretendiam comprovar não só o rebaixamento moral da pessoa negra, como sua inferioridade biológica.

Nos romances de Aluísio de Azevedo, aparte as estereotipações que saltam aos olhos, nota-se o destino do Capoeira Firmo, de *O Cortiço*: a morte, sem qualquer comoção; assim também Bertoleza, morta, sem comoção mas com atenciosa glamourização do ato brutal de cortar o próprio ventre em resposta à possibilidade de ser outra vez tornada escrava. Em *O mulato*, por trás do enredo eminente de uma trama que pretende denunciar o racismo, vê-se o próprio racismo como elemento estruturante da narrativa. Raimundo, personagem protagonista, rapaz de posses, recém-chegado do exterior onde se formara advogado, não recebe desfecho diferente das personagens negras d'*O cortiço*: matá-lo foi a solução narrativa para sanar os augúrios de seu par romântico, uma moça branca que não pode sucumbir à desonra de se casar com um homem de pele negra nascido de mãe escravizada.

Evidencia-se na literatura de Aluísio de Azevedo um procedimento comum a todas as obras até aqui mencionadas mas que não foi ainda indicado: a desagregação e a desarticulação da comunidade negra, sejam as personagens escravizadas, libertas ou livres. Parece ter sido inconcebível ao romance oitocentista representar a associação entre personagens negras quando movidas por interesses que divergem do servilismo ou da desforra em relação ao contingente branco. Essas personagens nunca travam entre si relações de afeto, cooperação ou cumplicidade. Enquanto uma coletividade circunscrita pelo signo da raça, são apenas uma massa desprovida de vida, naquilo que a vida em comunidade configura como uma sistemática própria de relações, costumes, ideais, interesses etc. A personagem Raimundo, de *O mulato*, por exemplo, não trava qualquer consideração de solidariedade em relação à negrada escravizada e anônima que povoa a narrativa, suas predisposições afetivas são fielmente direcionadas às personagens brancas. Mesmo sua mãe, a preta Domingas, aparece principalmente como fantasma do um passado maculado pela escravidão, recebendo do protagonista atenção e preocupação que são logo superadas em favor de seu objeto de fixação, a amante branca.

Na literatura que caracteriza o pós-abolição, um autor se destaca com a expressão sem disfarces de sua negrofobia: Monteiro Lobato. Partilhando a perspectiva de que o subdesenvolvimento da nação seria responsabilidade da miscigenação e do mulatismo que tornavam o povo brasileiro racialmente inferior, Lobato, em suas obras, testemunha – para defendê-los – os princípios eugenistas instalados entre a

intelectualidade brasileira. Seu conto *Negrinha*, diferentemente do que poderia parecer sob uma leitura superficial – uma denúncia da subjetividade escravista vigente entre as classes brancas no pós-abolição –, configura um verdadeiro exemplar de como as formas de narrar, por si mesmas, já acusam o sentimento antinegro subjacente às intenções do autor. *Negrinha*, criança que protagoniza o conto, é vítima não só da perversidade de Dona Inácia, a quem “O 13 de Maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana”, como também do autor que lhe dá existência, narrando as torturas sofridas pela meninas em tom de piedade que beira mais ao desprezo por aquela vida anônima do que a qualquer indignação contra sua torturadora. Entre a vítima e sua algoz só a subjetividade da segunda ganha a cena, com exaustiva ênfase em seu sadismo; contempla-se o gozo de Dona Inácia ao violentar uma criança ao tempo em que se estetiza seu sofrimento letal e solitário. Trata-se do embelezamento do horror de que fala Graça (1988): o único momento em que o narrador investe a vida de *Negrinha* de adorno e encanto é na hora da morte. “Morreu na esteirinha rota, abandonada de todos, como um gato sem dono. [...] Jamais, entretanto, ninguém morreu com maior beleza” (LOBATO, 2019, p. 297).

Já em *O presidente negro*, o trabalho eugenista do autor não precisou de qualquer dissimulação; na totalidade da narrativa, uma sentença é constantemente frisada: só há futuro para o branco com o extermínio do futuro para o negro. Em um cenário futurista onde os Estados Unidos da América estão a gestar uma supercivilização ariana, um homem negro, Jim Roy, eleito pelo estoque racial que representa, chega à presidência. Conseqüentemente, não só ele precisa ser deposto, o perigo negro precisa ser definitivamente eliminado, o que se concretiza pela esterilização em massa da população negra: “Não há moral entre raças, como não há moral entre povos. Há vitória ou derrota. Tua raça morreu, Jim...” (LOBATO, 2019, p. 164)

No que toca às diferentes expressões do modernismo literário, a partir da segunda década do século XX, se em aparência os modernos deram maior destaque ao afro-brasileiro como constituinte fundamental da cultura nacional, uma avaliação aproximada revela que os sujeitos racializados foram assimilados especialmente como elemento pitoresco, cultuados por seu suposto primitivismo; operação estético-ideológica em plena conformidade ao projeto colonial. Paralelamente ao *negro irreverente*, repaginação do *negro selvagem*, que a literatura – especialmente a primeira geração de modernistas – produzia, as comunidades negras egressas do escravismo confrontavam a exclusão radical de uma sociedade competitiva cujo programa de estabelecimento

cumpria em lhes expulsar para as piores posições no sistema de relações econômicas. Reduzindo-as a criaturas e culturas exóticas, a literatura brasileira não testemunhou a experiência autêntica das populações negras sob a revolução burguesa que conservava e aprofundava os padrões raciais escravistas⁴⁰.

Não nos detivemos na análise individualizada de obras da literatura contemporânea, mas pudemos recorrer aos dados disponibilizados por Regina Dalcastagnè na pesquisa *Literatura Brasileira Contemporânea: um Território Contestado*, resultado de sua investigação sobre a configuração tanto dos sujeitos produtores como dos sujeitos representados na literatura brasileira das últimas décadas. O que se constata a partir do trabalho da autora é que não houve reversão substancial daquilo que se identifica nas gerações literárias pregressas: a ausentificação e a estereotipação persistem como procedimentos privilegiados de sub-representação das identidades e experiências negras⁴¹. Quanto ao destino que as narrativas estudadas lhes impõem, o desfecho “morte” é o mais recorrente para personagens negras, e nesse desfecho, a morte por assassinato se destaca (DALCASTAGNÈ, 2012).

Dadas os textos literários e teóricos visitados em conjunto às reflexões que pudemos desenvolver com o auxílio da fortuna crítica existente sobre a personagem negra na literatura, sintetizamos na seguinte lista os procedimentos estéticos que vêm a compor a gramática poética do genocídio antinegro: eclipse da personagem negra; folclorização dos sujeitos e comunidades negras; estereotipação generalizada; submissão violenta da personagem negra e da pessoa escravizada; supressão da individualidade; indizibilidade da personagem negra; desagregação das comunidades, associações e famílias negras; negrofobia; contemplação e apreciação estética da morte negra; a morte como seu destino e desfecho natural.

⁴⁰ Em carta a Jorge Amado, o poeta Raul Bopp, um dos idealizadores do movimento antropófago junto a nomes como Oswald de Andrade, escreve que ao produzir o livro *Urucungo*, trabalho que tematiza a cultura afro-brasileira, interessava-lhe fazer um livro “só de gemido de negro”, que fosse uma parte “África; pré-histórico, sexual e místico”, outra, “o cativoiro, troços de lavoura”, depois “umas coisas cabalísticas (sambas e macumbas)”. Por fim, avalia que *Urucungo* resultou em um trabalho fácil, de “instinto puro”, “bruto”, “subsexual”, “místico”. Os poemas do livro, por sua vez, confirmam o desejo de folclorização do afro-brasileiro tal qual expresso pelo autor: o conjunto lírico não vai além de uma identidade negro-brasileira manipulada e esvaziada pelo recurso do exotismo.

⁴¹ Entre 1245 personagens contabilizadas pela autora cerca de 80% são brancas; dado que distorce o próprio censo dos contingentes populacionais por raça no Brasil, o qual aponta a população negra como maioria numérica. Já as poucas personagens negras que conseguem figurar no romance contemporâneo não rompem o cerco da marginalização: são em maioria dependentes químicos e/ou favelados estigmatizados, sua ocupação funcional varia entre a criminalidade, os serviços domésticos, o trabalho escravo e a prostituição.

Conclusão

A literatura brasileira é uma mostra de que nossa tolerância ao genocídio histórico e cotidiano dos povos negros resulta não só da conformação infraestrutura da sociedade brasileira como de um amplo investimento na criação de uma “consciência psicológica do extermínio” (GRAÇA, 1998), conferindo-lhe aceitabilidade e normalidade. Sobre isso, Abdias Nascimento (2016) frisou como a tão extensa e frequente prática sistemática de destruição das gentes negras e suas formas de vida mutilou a capacidade de percepção e compreensão dos eventos pelos quais essa violência se manifesta.

Quando considerado nas malhas ideológicas do contexto colonial, o texto literário, muito longe de estabelecer com o real mera operação reflexiva, termina por mascarar, falsear ou deturpar a realidade concreta das identidades e comunidades histórico-raciais que vitima, sendo em si mesma uma experiência de barbárie. No caso brasileiro, os seculares desacordos entre a representação das vidas negras e o seu contexto, esse “torcicolo cultural” – expressão emprestada de Roberto Schwarz (2012) –, resulta como reação conservadora às possibilidades de re-existência que os povos negros vêm fundando no tecido social e cultural da nação.

Referências

- ALENCAR, José. **O tronco do Ipê**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: IBEP, 2012.
- _____. **O mulato**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-Brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BERGAMINI, Atilio. **Sob o prisma do genocídio**. In: Literatura comparada, ciências humanas, cultura, tecnologia. Org. NEUMANN, Gerson et al. Porto Alegre: Class Editora, 2021, p. 394-409.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CARLOS, Hasenbalg; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução: Anísio Garcez Homem.

Florianópolis: Letras contemporâneas, 2010.

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. SÃO PAULO: Editora Belo Horizonte, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Florestan Fernandes. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

GOMES, Heloisa Toller. **O negro e o romantismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

GRAÇA, Antônio Paulo. **Uma poética do genocídio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

LEMKIN, Raphael. **El dominio del Eje en la Europa ocupada**: leyes de ocupación, análisis de la administración gubernamental, propuestas de reparaciones. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A moreninha**. São Paulo: CDL, 2013.

_____. **As vítimas-algozes**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2012.

A POETIC OF THE GENOCIDE OF THE BLACK PEOPLE: REFLEXIONS ON THE CHARACTERIZATION AND DESTINY OF THE BLACK CHARACTER IN BRAZILIAN LITERATURE

Abstract

Our research mobilizes the concept of Poetics of Genocide developed by Antônio Paulo Graça (1998) to understand the representative and narrative treatment traditionally given to black people in Brazilian literature. Based on the aforementioned author's formulations, added to critical works that investigated the black character in Brazilian literature, we seek to present a brief overview of strategies and aesthetic procedures reiterated by different works and authors of the national canon that come to denounce an assimilated anti-black imaginary, of more or less explicitly, through literary productions. To prepare this panorama, which aims to demonstrate the aesthetic composition of the aforementioned anti-black genocidal imaginary, we rely on the methods used by Graça, who highlighted in his analysis of Indianist novels – considering that its scope is that of an anti-indigenous imaginary – the characterization and narrative destiny of indigenous characters. In parallel to the contributions of Graça (1998), we base our understanding of anti-black genocide and its expression in the products of culture on the testimonial essays of Abdias Nascimento (2016) who internationally promoted the denunciation of the extermination of the black Brazilian people.

Página | 91

Keywords

Poetics. Genocide. Black people.

Submetido 6/12/2023

Aprovado 29/03/2024